

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2026/13805</b>	<b>20601/2026</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Assunto do Processo		
<b>Proposta à Câmara Municipal - CPE.38.25.DMOSM_APROVAÇÃO DO CONTEÚDO DO RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE E ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS</b>		
Unidade Administrativa		
<b>DCP - UCE [ENTRADAS]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação técnica.

Concurso Público: CPE.38.25.DMOSM

Contratação: empreitada de **"MUSEU DOS BISCAÍNHOS - REQUALIFICAÇÃO DE INSTALAÇÕES ELETROTÉCNICAS EXISTENTES"**.

Preço base (Pb): €305.051,79 (trezentos e cinco mil, cinquenta e um euros e setenta e nove centimos, (Sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 120 (cento e vinte) dias

**Assunto: Aprovação do conteúdo do Relatório Final de Análise e Ordenação das Propostas.**

**Proposta:**

submete-se para aprovação o Relatório Final de Análise e Ordenação das Propostas, que se anexa.

### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DMG/DFGE/DCP/UCE

Órgão competente para a decisão de contratar: **Câmara Municipal de Braga.**

**CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.38.25.DMOSM**

**"Museu dos Biscaínhos – Requalificação De Instalações Eletrotécnicas Existentes"**

Preço base (Pb): €305.051,79 (trezentos e cinco mil, cinquenta e um euros e setenta e nove cêntimos) (Sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 120 (cento e vinte) dias.

## **Relatório Final de Análise e Ordenação das Propostas**

Reunião efetuada pelo júri do procedimento, em 21/04/2026, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor, destinada à elaboração do relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º **462/2026**, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 6, de 9 de janeiro de 2026, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do relatório preliminar e, finalmente, propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.

### **I – RESULTADO DA AUDIÊNCIA PRÉVIA:**

**I.I.** No âmbito da empreitada supramencionada e em cumprimento do disposto no artigo 147.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes que apresentaram proposta para o **"Museu dos Biscaínhos - Requalificação de Instalações Eletrotécnicas Existentes"**, o respetivo relatório preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.



DMG/DFGE/DCP/UCE

Durante o prazo acima referido, foram rececionadas as reclamações, que se anexam, apresentadas pelos seguintes concorrentes:

- **ENGIVOUGA – Serviços de Engenharia, Lda.** (ver anexo 1);
- **EUROEL, Lda.** (ver anexo 2).

---

## II – ANÁLISE DAS RECLAMAÇÕES APRESENTADAS:

### II.i. ENGIVOUGA – Serviços de Engenharia, Lda.

#### A. Reclamação apresentada

A reclamação do concorrente ENGIVOUGA – Serviços de Engenharia, Lda., genericamente, traduz-se no apontar de diversas irregularidades em cada um dos restantes concorrentes, solicitando a exclusão de cada um deles, subsidiariamente, pela a anulação das classificações e a repetição da análise técnica de acordo com as regras estritas do concurso e, conseqüentemente, a reformulação da ordenação final, designadamente:

**A.a)** Para a candidatura da empresa **INDEXVOLTAGE, Lda.**, a requerente alegou que existiu uma violação dos limites de prazo, tendo a proposta violado diretamente o limite mínimo de 100 dias fixado no artigo 19.º, al. h) do Programa do Concurso ao propor um prazo de execução de 90 dias, além de apontar um erro na pontuação de 1,50 atribuída pelo Júri, quando a escala prevista no artigo 19.º, al. i) limita a valorização deste fator a um máximo de 1 valor. Indicou, ainda, que a memória descritiva apresenta incongruências quanto à duração dos trabalhos, referindo 270 dias em vez dos 90 dias propostos, e descreve demolições de instalações sanitárias e estruturas de madeira que não pertencem à presente empreitada. Por último, referiu a existência de um erro no plano de mão-de-obra por conter a menção a “Tibães” no rodapé e uma divergência financeira entre o valor da declaração de subempreitada, de €51.500,00, e o constante na lista de preços unitários, de €51.000,00.

**A.b)** Para a proposta da empresa **EUROEL, Lda.**, a ENGIVOUGA alegou que não ficou demonstrado que aquela candidata comprovou deter todas as habilitações (próprias ou de subempreiteiros) necessárias para a totalidade dos trabalhos, que incluem não só eletricidade, mas também restauro, escavações e arranjos exteriores, encontrando-se em falta a





demonstração de a mesma, ou o seu subempreiteiro, deterem a 4.<sup>a</sup> subcategoria da 4.<sup>a</sup> categoria;

**A.c)** A admissão da proposta da candidata **KPM, Lda.** foi contestada devido a divergências de preços entre vários documentos obrigatórios, com valores que variam entre €290.691,53 e €292.697,92, tendo a concorrente apresentado, ainda, um mapa de quantidades desatualizado que ignorou as retificações aprovadas pelo júri em março de 2026, resultando na manutenção de quantidades e descrições de artigos que já tinham sido oficialmente alteradas, sendo ainda apontada a insuficiência do alvará por não comprovar a detenção da 10.<sup>a</sup> subcategoria da 1.<sup>a</sup> categoria exigida expressamente no Programa do Concurso e o facto de não ter sido apresentada a declaração de preços parciais.

## **B. Decisão do júri**

Analisado o teor da pronúncia apresentada pelo concorrente:

**B.a)** é opinião do júri do procedimento que os elementos apresentados pela empresa **INDEXVOLTAGE, Lda.**, não evidenciam qualquer incumprimento ao nível dos pontos reclamados com exceção do erro na pontuação do fator prazo, pelo que o mesmo não poderia ser valorado com mais de 1 ponto (pontuação máxima admitida pelo programa do procedimento), pelo que deveria aquela pontuação ser corrigida sem isso implicar a exclusão da candidata INDEXVOLTAGE, Lda., no entanto, e depois de novamente analisados os documentos da proposta, detetou-se que a empresa ou elementos ligados à mesma se encontram numa situação de impedimento, motivo pelo qual deve a mesma ser excluída;

**B.b)** é opinião do júri do procedimento que a empresa **EUROEL, Lda.** detém o alvará necessário (alvará n.º 61966-PUB) para os trabalhos de maior valor (4.<sup>a</sup> subcategoria da 4.<sup>a</sup> categoria), tendo subcontratado, unicamente, os valores correspondentes à 10.<sup>a</sup> subcategoria da 1.<sup>a</sup> categoria à empresa FAMACONCRET, Lda. (alvará n.º 48289-PUB), no valor de € 5.833,04 (cinco mil oitocentos e trinta e três euros e quatro cêntimos) e que correspondem aos trabalhos discriminados na lista de preços únicos referentes nos pontos 2.1.2 e 2.2.2, conforme devidamente discriminado nas declarações apresentadas. Mais se informa que os trabalhos de restauro para o presente procedimento são os devidamente



identificados na página 9 do documento 01\_03MBis\_PE\_PEsc\_03\_signed.pdf, junto às peças escritas do projeto de execução do procedimento. Assim, pelo exposto, os argumentos apresentados pela ENGIVOUGA – Serviços de Engenharia, Lda., não merecem colhimento;

**B.c)** é opinião do júri do procedimento acolher parcialmente os argumentos avançados pela empresa ENGIVOUGA – Serviços de Engenharia, Lda. contra a proposta da candidata **KPM, Lda.**, nomeadamente, quanto à falta de apresentação da lista de preços parciais. Assim, nos termos do n.º 9 do artigo 16.º do Programa de Procedimento, a *“não apresentação de algum dos documentos indicados no artigo 12.º deste programa de concurso determina a exclusão da proposta”*, motivo pela qual deve a mesma ser excluída.

---

## **II.ii. EUROEL, Lda.**

### **A. Reclamação apresentada:**

A reclamação da concorrente EUROEL, Lda., genericamente, traduz-se em afirmar que a proposta da concorrente **INDEXVOLTAGE, Lda.** viola os limites de prazo, tendo a proposta violado diretamente o limite mínimo de 100 dias fixado no artigo 19.º, al. h) do Programa do Concurso ao propor um prazo de execução de 90 dias, além de apontar um erro na pontuação de 1,50 atribuída pelo Júri, quando a escala prevista no artigo 19.º, al. i) limita a valorização deste fator a um máximo de 1 valor, solicitando a sua exclusão do concurso.

### **B. Decisão do júri:**

Analisado o teor da pronúncia apresentada pelo concorrente, cumpre referir que existiu, efetivamente, um erro na pontuação do fator prazo, pelo que o mesmo não poderia ser valorado com mais de 1 ponto (pontuação máxima admitida pelo programa do procedimento), pelo que deveria aquela pontuação ser corrigida, sem isso implicar a exclusão da candidata INDEXVOLTAGE, Lda., no entanto, e depois de novamente analisados os documentos da proposta, detetou-se que a empresa ou elementos ligados à mesma se encontram numa situação de impedimento, por





DMG/DFGE/DCP/UCE

conflito de interesses, motivo pelo qual deve a mesma ser excluída, em conformidade com o previsto na alínea K, do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

**III – DECISÃO:**

Nos termos supra expostos, o Júri deliberou, por unanimidade, alterar o projeto de decisão vertido no Relatório Preliminar, devendo para o efeito excluir-se as empresas candidatas INDEXVOLTAGE, Lda. e KPM, Lda., pelos motivos já mencionados, propondo-se a classificação das propostas em resultado da aplicação do critério da proposta economicamente mais vantajosa, a qual foi determinada através da modalidade de **multifator**, de acordo com o qual o critério de adjudicação foi densificado por um conjunto de fatores correspondentes a **2 (dois)** aspetos da execução do contrato a celebrar, **preço proposto** e **prazo de execução**, de acordo com o artigo 19.º do Programa do Procedimento, cujo resultado é o seguinte::

CONCORRENTE	Prazo 30%	Pontuação- Prazo	Preço 70 %	Pontuação- Preço	Total
ENGIVOUGA - SERVIÇOS DE ENGENHARIA, LDA	110	0,50	€295.725,62	0,31	0,36
EUROEL, LDA	100	1,00	€297.246,00	0,26	0,48



DMG/DFGE/DCP/UCE

Em conformidade com a pontuação mencionada na tabela anterior, resulta a seguinte ordenação:

POSIÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE	PREÇO	PRAZO DE EXECUÇÃO	PONTUAÇÃO GLOBAL
1.º	EUROEL, LDA	€297.246,00	100 dias	0,48
2.º	ENGIVOUGA - SERVIÇOS DE ENGENHARIA, LDA	€295.725,62	110 dias	0,36

**V – AUDIÊNCIA PRÉVIA**

Finalmente, de acordo com o disposto no artigo 147.º do CCP, o júri procederá, seguidamente, à notificação dos concorrentes para que se pronunciem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, sobre o presente relatório, do qual se enviará um exemplar.

Braga, 21 de abril de 2026

O Júri do Procedimento,



**Exmo. Júri do Procedimento**

**Concurso Público n.º CPE.38.25.DMOSM**

**Empreitada: “Museu dos Biscainhos - Requalificação de Instalações Eletrotécnicas Existentes”**

**Assunto: Pronúncia em audiência prévia sobre o Relatório Preliminar**

**ENGIVOUGA - SERVIÇOS DE ENGENHARIA, LDA.**, concorrente no procedimento em referência, notificada do Relatório Preliminar de Análise e Ordenação das Propostas, vem, ao abrigo do artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos e do artigo 21.º do Programa do Concurso, exercer o seu direito de audiência prévia e pronunciar-se nos termos seguintes.

1. O Relatório Preliminar admitiu todas as propostas e ordenou-as do seguinte modo:

**INDEXVOLTAGE - SOLUÇÕES TÉCNICAS, UNIPESSOAL, LDA.**, em 1.º lugar, pelo preço de **€284.799,68** e prazo de **90 dias**; **EUROEL, LDA.**, em 2.º lugar, pelo preço de **€297.246,00** e prazo de **100 dias**; **ENGIVOUGA - SERVIÇOS DE ENGENHARIA, LDA.**, em 3.º lugar, pelo preço de **€295.725,62** e prazo de **110 dias**; e **KPM SERVIÇOS DE ENGENHARIA UNIPESSOAL, LDA.**, em 4.º lugar, pelo preço de **€290.691,53** e prazo de **120 dias**.

2. A presente pronúncia incide sobre as propostas da **INDEXVOLTAGE** da **EUROEL** e ainda sobre a proposta da **KPM**.

3. Releva ainda que o próprio Relatório Preliminar declarou expressamente que o júri não identificou necessidade de solicitar esclarecimentos e formou a sua convicção exclusivamente com base na documentação apresentada, o que reforça a impossibilidade de sanar, a posteriori, contradições materiais ou desconformidades substanciais das propostas.

#### **I. Da proposta da INDEXVOLTAGE**

4. O ponto mais relevante respeita ao prazo de execução de **90 dias**, expressamente assumido na proposta eletrónica da concorrente e acolhido no Relatório Preliminar.

5. Sucede que o artigo 19.º do Programa do Concurso fixou que o fator prazo seria aferido pelo intervalo compreendido entre o prazo máximo de **120 dias** e o “**prazo mínimo possível de ser apresentado pelos concorrentes**”, correspondente a **100 dias**, estabelecendo ainda que tal fator seria valorizado numa escala de **0 a 1**.

6. O júri, porém, admitiu uma proposta de **90 dias** e atribuiu-lhe a pontuação de **1,50** no fator prazo, excedendo simultaneamente o intervalo temporal e a escala de valorização previamente publicitados.

7. Nestas condições, a proposta da **INDEXVOLTAGE** enferma, pelo menos, de desconformidade com o modelo de avaliação vinculativo do procedimento, não podendo beneficiar de uma valoração que o próprio Programa do Concurso não permitia. E, mesmo que não se entenda verificada desde logo causa automática de exclusão, nunca poderia manter-se a classificação proposta com base numa pontuação de prazo superior ao limite previamente fixado, sob pena de violação da transparência, da igualdade e da intangibilidade do modelo de avaliação.

8. Acresce que a proposta da **INDEXVOLTAGE** apresenta desconformidades materiais em documentos obrigatórios da proposta. Com efeito, a memória justificativa e descritiva refere uma empreitada com “**duração de 270 dias**” e descreve trabalhos de demolição de **WC's**,





pavimentos e tetos de madeira, bem como **demolição parcial de estruturas de madeira**, conteúdo que não se coaduna com a empreitada em causa nem com o prazo proposto de **90 dias**.

9. Além disso, os planos de mão-de-obra e de equipamentos mantêm a referência **“Plano de trabalhos - Tibães\_11032024”**, o que evidencia que os documentos não foram especificamente elaborados para o presente procedimento.

10. Resulta ainda da documentação analisada uma divergência entre a declaração de preços parciais / compromisso de subempreitada e a lista de preços unitários, na medida em que à subempreiteira **AOF** são imputados os artigos **2.1.2, 2.2.2 e 2.3.2** pelo valor de **€51.500,00**, ao passo que a lista de preços unitários soma esses mesmos artigos em **€51.000,00**.

11. Tais incongruências não podem ser resolvidas por mera via interpretativa ou por um esclarecimento que reescreva o conteúdo material da proposta, uma vez que o artigo 72.º do CCP apenas admite esclarecimentos que não contrariem os documentos da proposta, não alterem atributos e não supram omissões excludentes.

12. Assim, a proposta da INDEXVOLTAGE deve ser excluída; subsidiariamente, deverá ser anulada a respetiva avaliação/classificação e repetida a análise, em estrita conformidade com o artigo 19.º do Programa do Concurso e com os documentos efetivamente apresentados.

## **II. Da proposta da EUROEL**

13. A proposta da EUROEL foi admitida e classificada em **2.º lugar**, pelo preço de **€297.246,00** e prazo de **100 dias**.

14. O Programa do Concurso exigiu, no artigo 12.º, n.º 1, alínea e), a indicação dos preços parciais propostos em correspondência com as categorias e subcategorias previstas no artigo 22.º e com as habilitações contidas no alvará, bem como, sendo caso disso, a declaração de compromisso do subempreiteiro.

15. O artigo 22.º do Programa do Concurso exige a **4.ª subcategoria da 4.ª categoria** e a **10.ª subcategoria da 1.ª categoria**, sem prejuízo do disposto no artigo 8.º da Lei n.º 41/2015, que mantém a exigência de habilitação noutras classes e subcategorias relativas às restantes obras e trabalhos a executar.

16. Da documentação disponibilizada resulta que o compromisso de subempreitada documentalmente identificável respeita à **1.ª categoria, 10.ª subcategoria**, e apenas no montante de **€5.833,04**.

17. Todavia, a lista de preços unitários da EUROEL não integra apenas trabalhos de instalações elétricas: inclui também **trabalhos preparatórios e acessórios, apoios de conservação e restauro, arranjos exteriores, escavações e reposição de pavimentos**.

18. Nestas condições, a proposta não permite concluir, com a segurança jurídica exigível, que a totalidade material dos trabalhos incluídos no preço global fique coberta por habilitações próprias da EUROEL ou por habilitações de terceiros validamente mobilizadas na própria proposta.

19. Não está em causa um mero formalismo. Está em causa a própria demonstração da adequação habilitacional da proposta à obra posta a concurso. Se parte dos trabalhos depender de capacidades de terceiros, essa correspondência tem de resultar da proposta tal



como apresentada, não podendo ser ulteriormente alargada ou reconstruída nesta fase procedimental.

**20.** Deve, por isso, ser revista a admissão da proposta da EUROEL, com a consequente exclusão; subsidiariamente, deverá o júri identificar de forma precisa, integral e fundamentada a correspondência entre todos os trabalhos incluídos na proposta e as habilitações próprias ou de subempreiteiro já constantes da proposta, sem admitir qualquer ampliação posterior da base de subcontratação ou da matriz habilitacional.

### **III. Da proposta da KPM**

**21.** Embora a proposta da KPM surja, no Relatório Preliminar, em **4.º lugar**, a respetiva admissão também se mostra juridicamente insustentável e deve ser reapreciada.

**22.** O Relatório Preliminar avaliou a proposta da KPM pelo preço de **€290.691,53** e prazo de **120 dias**.

**23.** Sucede, porém, que os documentos obrigatórios da própria proposta contêm valores de preço inconciliáveis entre si, a saber:

- a) **€290.691,53** nos dados gerais da proposta e no questionário submetido na plataforma;
- b) **€292.697,92** no Anexo II - Minuta da proposta;
- c) **€292.617,92** na lista de preços unitários;
- d) **€292.617,92** no plano de pagamentos e no cronograma financeiro.

**24.** Não se trata de lapso meramente aparente ou irrelevante, mas de divergência entre vários documentos obrigatórios sobre o principal atributo da proposta: o preço.

**25.** Nos termos do artigo 60.º, n.º 3, do CCP, quando sejam indicados vários preços e exista divergência entre eles, prevalecem os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos. Por isso, se o júri entendesse fazer prevalecer a lista de preços unitários e os documentos financeiros mais decompostos, então nunca poderia manter a avaliação da KPM pelo valor de **€290.691,53**.

**26.** Acresce que a lista de preços unitários em PDF da KPM não coincide com o mapa de quantidades final do procedimento.

**27.** Com efeito, por deliberação aprovada em **11 de março de 2026**, foi retificado o mapa de quantidades, tendo o artigo **2.3.1.3** sido corrigido de **162** para **108** conjuntos, com consequente redução do preço base para **€301.629,79**.

**28.** Além disso, na resposta aos pedidos de esclarecimento, ficou expressamente consignado que, no artigo **2.3.3.1**, não se justificava o **armário W** preconizado para ampliação, devendo o texto do artigo ser ajustado em conformidade.

**29.** Porém, a KPM manteve na sua lista de preços unitários **162 unidades** no item **2.3.1.3** e alterou o item **2.3.3.1** de “**reorganização do armário existente**” para “**ampliação e reorganização**”, acrescentando “**mais um armário 'Tamanho W' e respetiva fundação e caixa de visita**”.

**30.** Daqui resulta que a lista de preços unitários assinada em PDF, que é documento obrigatório da proposta, não foi apresentada de acordo com o mapa de quantidades retificado e patenteado no concurso, em violação do artigo 12.º, n.º 1, alínea d), do Programa do Concurso.





31. Assim, a proposta da KPM enferma de uma dupla desconformidade: por um lado, contém documentos obrigatórios incompatíveis entre si quanto ao preço; por outro lado, o documento mais decomposto em que o júri poderia basear-se para resolver a divergência está ele próprio desconforme ao mapa de quantidades final do procedimento.

32. Acresce, ainda, que o próprio Anexo I da KPM refere uma **“Declaração Preços Parciais”** como documento anexo da proposta. Todavia, tal documento não se encontra identificado na documentação disponibilizada em audiência prévia, pelo que o júri deverá pronunciar-se expressamente sobre a sua efetiva apresentação e suficiência.

33. A questão do alvará e da subcontratação invoca-se apenas como reforço: o alvará junto pela KPM não evidencia, no respetivo título próprio, a **10.ª subcategoria da 1.ª categoria** exigida no artigo 22.º do Programa do Concurso, tendo sido junto apenas um compromisso genérico de subempreitada relativo à **1.ª categoria**, sem individualização bastante dos trabalhos e preços parciais correspondentes.

34. Em qualquer das leituras possíveis, a admissão simples da proposta da KPM e a sua avaliação pelo valor de **€290.691,53** não se mostram juridicamente sustentáveis.

#### **IV. Pedido**

35. Em face do exposto, requer-se a V. Ex.as:

a) a alteração do Relatório Preliminar, com proposta de exclusão da proposta apresentada por **INDEXVOLTAGE - SOLUÇÕES TÉCNICAS, UNIPESSOAL, LDA.;**

b) subsidiariamente, caso assim não se entenda quanto à INDEXVOLTAGE, a anulação da respetiva avaliação/classificação e a repetição da análise em conformidade com o modelo de avaliação fixado no artigo 19.º do Programa do Concurso e com os documentos efetivamente apresentados;

c) a alteração do Relatório Preliminar, com proposta de exclusão da proposta apresentada por **EUROEL, LDA.;**

d) subsidiariamente, caso assim não se entenda quanto à EUROEL, que o júri identifique de forma precisa, integral e fundamentada a correspondência entre todos os trabalhos incluídos na proposta e as habilitações próprias ou de subempreiteiro já constantes da proposta, com expressa rejeição de qualquer ampliação posterior da base habilitacional e, sendo necessário, faculte a consulta integral do processo de contratação durante a audiência prévia;

e) a alteração do Relatório Preliminar, com proposta de exclusão da proposta apresentada por **KPM SERVIÇOS DE ENGENHARIA UNIPESSOAL, LDA.;**

f) subsidiariamente, caso assim não se entenda quanto à KPM, que o júri se pronuncie expressamente sobre:

i) qual o concreto preço da proposta que considera juridicamente prevalecente e com que fundamento;

ii) como compatibiliza esse preço com os restantes documentos obrigatórios da proposta;

iii) como justifica a aceitação de uma lista de preços unitários em PDF desconforme ao mapa de quantidades retificado do procedimento;

iv) se foi ou não efetivamente apresentada a declaração autónoma de preços parciais exigida pelo artigo 12.º, n.º 1, alínea e), do Programa do Concurso;



g) em consequência, a reformulação da ordenação final das propostas, em conformidade com a decisão que vier a ser tomada sobre os vícios acima identificados.

**Pede deferimento.**

Oliveira do Bairro, 13 de abril de 2026

Assinatura, \_\_\_\_\_





**Município de Braga**

Exmo. Sr. Presidente e restantes, membros  
da Comissão de Análise de Propostas

Vila Nova de Famalicão, 16 de Abril de 2026

ASSUNTO: "Museu dos Biscaínhos – Requalificação de Instalações Eletrotécnicas Existentes"

V/ Ref.<sup>a</sup>: Relatório Preliminar da análise de propostas para a empreitada assunto.

A Euroel, Lda, concorrente nº 6 (Seis) interessado no concurso à margem identificando tendo sido notificado em 09/04/2026 do Relatório Preliminar do Júri, vem exercer o seu direito de audiência prévia, o que faz nos termos e com os seguintes fundamentos:

**I. Da proposta do Concorrente nº5 – INDEXVOLTAGE – Soluções Técnicas Unipessoal, Lda**

- Confrontado o teor do relatório preliminar ora notificado, verifica-se que a proposta apresentada pela concorrente em questão, não foi no nosso entender alvo de correta análise;

- Ora de observarmos a alínea h) do artigo 19º do Programa de Concurso, podemos verificar que diz o seguinte: "A valorização do **fator prazo** será determinado por comparação do prazo proposto com o intervalo de prazo compreendido entre o prazo máximo de execução de todas as prestações que integram o objeto do contrato (120 dias de calendário) e o **prazo mínimo possível de ser apresentado pelos concorrentes e que corresponde a 100 dias de calendário.**"

- O negrito e sublinhado são nossos a fim de realçar o texto com interesse.

- Na alínea i) do artigo 19º do programa de Concurso, podemos verificar que diz o seguinte: "O fator prazo será valorizado de 0 (zero) a 1(um) correspondendo 0 (zero) a propostas de prazo igual ao prazo máximo de execução do contrato (120 dias) e **1 (um) para propostas de prazo correspondente mínimo previsto no ponto 1 do presente artigo (100).**"

- O negrito e sublinhado são nossos a fim de realçar o texto com interesse.

- Observando os documentos da proposta da concorrente em questão, pode-se verificar o seguinte:

- No documento "c) Indicação Preço Prazo\_signed" e o "g) 1. Plano de trabalhos\_signed", podemos observar que a INDEXVOLTAGE se propõe a executar a empreitada em **90 dias** contínuos.



- Ser olharmos para o teor do relatório preliminar podemos verificar que o que o Júri constatou que o prazo de execução da empreitada da concorrente nº5 INDEXVOLTAGE – Soluções Técnicas, Unipessoal, Lda é de 90 dias, tendo-lhe atribuído a pontuação de 1,50 valores refere ao fator prazo.

- Ora não pode a Euroel, Lda concordar com essa decisão, na alínea h) do artigo 19º do Programa de Concurso diz “... **prazo mínimo possível de ser apresentado pelos concorrentes e que corresponde a 100 dias de calendário.**”, e na alínea i) do artigo 19º Programa de Concurso diz “**O fator prazo será valorizado de 0 (zero) a 1(um) ... e 1 (um) para propostas de prazo correspondente mínimo previsto no ponto 1 do presente art (100).**”.

- Assim sendo não entende a Euroel, Lda como a proposta da concorrente nº5 INDEXVOLTAGE – Soluções Técnicas, Unipessoal, Lda, não foi alvo de exclusão, uma vez que viola os limites estabelecidos no Programa de Concurso relativamente ao prazo de execução, neste caso viola o limite mínimo, sendo que do Dono de Obra estabeleceu como limite mínimo 100 dias, e a concorrente nº5 INDEXVOLTAGE – Soluções Técnicas, Unipessoal, Lda apresenta um prazo de execução da empreitada de 90 dias.

- A proposta da concorrente nº5 INDEXVOLTAGE – Soluções Técnicas, Unipessoal, Lda, deveria ter sido excluída do procedimento em causa de acordo com o disposto na alínea b) do Artigo 70º do Código dos Contratos Públicos, por apresentar atributos na sua proposta que violam os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato.

- Por muito benevolente que pudesse ser a análise do Júri, e pudesse entender que o fim de a concorrente nº5 INDEXVOLTAGE – Soluções Técnicas, Unipessoal, Lda, apresentar um prazo de execução da empreitada que viola os limites estabelecidos no Programa de Concurso, não é motivo de exclusão (o que não é o caso, claramente que um prazo de execução de 90 dias viola os parâmetros estabelecidos nas condições do Caderno de Encargos, e é motivo de exclusão de acordo com a alínea b) do nº 2 do artigo 70º do CCP), no mínimo a pontuação no fator prazo teria que ser de 0 valores, uma vez que se encontra fora dos limites de avaliação.

## II. Da conclusão

Em conclusão, e pelo exposto, a Euroel, Lda, requer a V. Ex. as se dignem:

- a) Suspender imediatamente o presente concurso até ponderação da questão que supra se evoca e, em consequência:  
Excluir a proposta da concorrente nº5 – INDEXVOLTAGE – Soluções Técnicas, Unipessoal, Lda;
- b) Adjudicar a empreitada à empresa Euroel, Lda., concorrente nº1 (Seis)

Vila Nova de Famalicão, 16 de Abril de 2022





# Relatório Preliminar de Análise e Ordenação das Propostas

## I - INTRODUÇÃO E IDENTIFICAÇÃO:

**Concurso Público: CPE.38.25.DMOSM**

**Contratação: empreitada de “MUSEU DOS BISCAÍNHOS – REQUALIFICAÇÃO DE INSTALAÇÕES ELETROTÉCNICAS EXISTENTES”.**

Preço base (Pb): €305.051,79 (trezentos e cinco mil, cinquenta e um euros e setenta e nove cêntimos) (Sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 120 (cento e vinte) dias.

**Abertura das propostas: 02/04/2026**

Reunião efetuada pelo júri do procedimento, em 02/04/2026, com o objetivo de proceder à análise e ordenação das propostas apresentadas no âmbito do procedimento de formação do contrato público supra identificado e destinado à formação do contrato de empreitada de “**MUSEU DOS BISCAÍNHOS – REQUALIFICAÇÃO DE INSTALAÇÕES ELETROTÉCNICAS EXISTENTES**”, promovido pela Câmara Municipal de Braga. Por este meio assegura-se, assim, o cumprimento do disposto no artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e retificações em vigor.



**II – LISTA DOS CONCORRENTES:**

Apresentaram proposta os seguintes concorrentes:

Identificação do concorrente:	Preço	Prazo proposto (Dias)
ENGIVOUGA - SERVIÇOS DE ENGENHARIA, LDA	€295.725,62	110 Dias
INDEXVOLTAGE - SOLUÇÕES TÉCNICAS, UNIPessoal, LDA.	€284.799,68	90 Dias
EUROEL, LDA	€297.246,00	100 Dias
KPM SERVIÇOS DE ENGENHARIA UNIPessoal LDA.	€290.691,53	120 Dias

**III – ANÁLISE DAS PROPOSTAS:**

III.1. O júri do procedimento procedeu à análise das propostas apresentadas, nos termos determinados pelo Programa de Concurso, sendo somente considerados os documentos apresentados pelos concorrentes, não tendo o júri identificado a necessidade de solicitar, nos termos previstos no artigo 72.º do *Código dos Contratos Públicos*, esclarecimentos sobre as propostas, tendo, portanto, formado a sua convicção exclusivamente com base na informação vertida na documentação apresentada.

III.2. Os trabalhos do júri iniciaram-se com a análise das propostas, no sentido de determinar se as mesmas se conformavam com as disposições do procedimento e com as normas do *Código dos Contratos Públicos*. Efetuada a análise, o júri considerou que as propostas apresentadas reúnem as condições exigidas, sendo as mesmas admitidas.



**IV – CLASSIFICAÇÃO E ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS**

Face ao anteriormente referido, propõe-se a classificação das propostas em resultado da aplicação do critério da proposta economicamente mais vantajosa, a qual foi determinada através da modalidade de **multifator**, de acordo com o qual o critério de adjudicação foi densificado por um conjunto de fatores correspondentes a **2 (dois)** aspetos da execução do contrato a celebrar, **preço proposto e prazo de execução**, de acordo com o artigo 19.º do Programa do Procedimento, cujo resultado é o seguinte:

CONCORRENTE	Prazo 30%	Pontuação- Prazo	Preço 70 %	Pontuação- Preço	Total
ENGIVOUGA - SERVIÇOS DE ENGENHARIA, LDA	110	0,50	€295.725,62	0,31	0,36
INDEXVOLTAGE - SOLUÇÕES TÉCNICAS, UNIPessoal, LDA.	90	1,50	€284.799,68	0,66	0,91
EUROEL, LDA	100	1,00	€297.246,00	0,26	0,48
KPM SERVIÇOS DE ENGENHARIA UNIPessoal LDA.	120	0,00	€290.691,53	0,47	0,33

Em conformidade com a pontuação mencionada na tabela anterior, resulta a seguinte ordenação:

POSIÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE	PREÇO	PRAZO DE EXECUÇÃO	PONTUAÇÃO GLOBAL
1.º	INDEXVOLTAGE - SOLUÇÕES TÉCNICAS, UNIPessoal, LDA.	€284.799,68	90 dias	0,91





2.º	EUROEL, LDA	€297.246,00	100 dias	0,48
3.º	ENGIVOUGA - SERVIÇOS DE ENGENHARIA, LDA	€295.725,62	110 dias	0,36
4.º	KPM SERVIÇOS DE ENGENHARIA UNIPESSOAL LDA.	€290.691,53	120 dias	0,33

## V – AUDIÊNCIA PRÉVIA

Finalmente, de acordo com o disposto no artigo 147.º do CCP, o júri procederá, seguidamente, à notificação dos concorrentes para que se pronunciem, no prazo de **cinco** dias úteis, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, sobre o presente relatório, do qual se enviará um exemplar.

Para o efeito, serão disponibilizados na plataforma eletrónica da entidade adjudicante os seguintes documentos:

- Propostas apresentadas.

Braga, 2 de abril de 2026

O Júri do Procedimento,

